

1) Gestão

- Avaliação do Curso de Gestão Social

Definir critérios para escolha dos representantes dos Estados para participar do Curso;

1. Ter efetiva participação no Fórum ou na Agenda Territorial;
2. Assumir o compromisso de socialização do que foi trabalhado, com elaboração de projeto de aplicação das propostas;
3. Que o participante não esteja em processo de desligamento das atividades na instituição ou segmento que possua assento no Fórum ou na comissão da Agenda;

Utilizar os recursos da Agenda Territorial para multiplicação do Curso;

Possibilidade de oferta pela UAB ou outras instituições;

A multiplicação não precisa necessariamente ser no mesmo formato do que foi realizado pela UnB, cada Estado pode dar sua formatação;

Que o Curso de Gestão seja inserido no Catálogo de Formação do MEC, para que instituições locais possam ofertá-lo;

- Sustentabilidade financeira da Agenda Territorial

Desvincular a gestão dos recursos para Agenda Territorial, das Secretarias de Estado;

Não restringir o recurso à linha de financiamento do Programa Brasil Alfabetizado;

Atuação mais efetiva do MEC no acompanhamento da aplicação dos recursos da Agenda;

Que Agenda tenha sua linha de financiamento própria e que esse repasse não esteja restrito a uma ação única;

Que a Agenda possa acontecer nos Estados com estratégias diversas de financiamento e repasse, nos moldes da Comissão da Verdade, inclusive com relação de intersetorialidade de órgãos afins;

2) Diagnóstico

- Não usar a expressão alfabetização E EJA, como se fossem coisas distintas;
- Que a CNAEJA se aproprie do debate que esta acontecendo aqui e encaminhe ao ministro;
- Que se possa levar esse questionário às Comissões Estaduais para contribuições, estabelecendo um prazo para devolutiva do mesmo;
- Criação de um sistema que seja alimentado constantemente com dados dos Estados;
- Formalizar uma chamada aos Secretários Estaduais para a liberação dos recursos da Agenda;

3) Intersetorialidade

- Que a SECADI articule um encontro entre os coordenadores de polos de Educação Inclusiva e coordenadores das Comissões Estaduais da Agenda Territorial para que eles construam uma agenda articulada voltada aos sujeitos da EJA;
- Encaminhar aos Estados um e-mail constando a lista completa dos municípios polos;
- Na estruturação dos Planos Estaduais de Educação em Prisões que seja estabelecida, além da parceria entre as Secretarias de Educação e de Justiça, haja também a inclusão dos Conselhos Estaduais de Educação;
- Preparar os Agentes Penitenciários, para que tenham maior compreensão sobre a importância da educação em prisões;
- Que a Agenda Territorial possa dialogar com as Universidades que desenvolvam ações em relação à Economia Solidária, a mesma foi inserida no Catálogo de Formação do MEC;
- Articulação com os agentes de saúde no diagnóstico e busca ativa dos dados para EJA;

